

► **Informações Básicas**

**Texto do Discurso**

**O SR. JANIO MENDES** – Sr. Presidente, Deputado Dica, agradeço a generosidade do tempo a mim concedido, porém usarei apenas dez minutos.

Sr. Presidente, quero deixar, aqui, o meu registro acerca do momento que estamos vivendo na Região dos Lagos em razão daquilo que podemos chamar de uma crise que esperamos ser passageira e que acomete, hoje, o Consórcio Lago São João.

Acabamos de ouvir a Deputada Inês Pandeló, que, com muita propriedade, muita autoridade e muita legitimidade, fez a defesa do Estado do Rio de Janeiro quando da ameaça de mais uma transposição do rio Paraíba do Sul, que pode vir a afetar o abastecimento no Rio de Janeiro.

Nós, na Região dos Lagos, desde a década de 90, vivemos a experiência bem-sucedida do Consórcio Lago São João, que une sociedade civil, governos municipais, legislativos e o Governo do Estado. É uma experiência de âmbito nacional no seu nascedouro, inusitada, diferenciada e que trouxe resultados extremamente positivos para o abastecimento de água e para o tratamento de esgoto na Região dos Lagos.

Ainda não chegamos ao modelo ideal, ainda não chegamos àquilo que consideramos o satisfatório, ou seja, 100% da população coberta com abastecimento e com atendimento de coleta e tratamento de esgoto. Mas inegável é que, não fosse a organização da sociedade civil, a participação efetiva no controle e a união de esforços entre governos, não teríamos avançado o que avançamos.

Aqui, tive a oportunidade de dizer, na semana passada, que lamentava profundamente que a política pública fosse interrompida com a mudança de Governo. E mais triste ainda seria se essa mesma política pública fosse agora interrompida por mudança de secretários dentro do próprio Governo, com a mudança de controle de pasta, pela composição partidária, dentro do próprio Governo. Isso nos entristeceria muito.

Assim, com esse referencial, participei, ontem, na Presidência do Inea, com a Dra. Isaura, de uma reunião com o Presidente do Consórcio, representantes dos municípios de São Pedro da Aldeia e de Silva Jardim, o Presidente do Comitê de Bacias, representantes das câmaras técnicas de pesca e da câmara

técnica ambiental, membros da sociedade civil, da plenária de ONGs e os técnicos do Inea.

Ali, para nossa felicidade, tivemos a convicção de que o pensamento hoje dominante do Inea, pela voz de sua Presidente, é o de que a política pública deve continuar. A crise que hoje se abate sobre o consórcio é fruto de um parecer equivocado de um procurador do INEA, que aponta, a partir de um parecer técnico de uma auditoria, algumas impropriedades na aplicação desses recursos.

Impropriedades essas apontadas na auditoria e sanadas a partir da ação administrativa dos gestores do conselho, da fiscalização e do controle da sociedade civil. Para surpresa de todos, após a auditoria, após a resposta do órgão administrativo do conselho sanando as impropriedades ali apresentadas, o procurador do INEA fez uma representação criminal ao Ministério Público. Aí é que vem o absurdo.

Por conta dessa representação criminal, suspende-se a transferência de recurso para o consórcio, que vive dos recursos oriundos das outorgas, dos recursos repassados pelos governos municipais, pelo governo Estadual, pelas licenças, pelas medidas compensatórias e pelas multas aplicadas.

São recursos levantados e articulados a partir da política ambiental ali executada. Esses recursos são aplicados no monitoramento, na estatística pesqueira e em ações que conduzem as políticas públicas desenvolvidas em cada um dos municípios que integram a Bacia do Lago São João. Não podemos interromper a política pública. Nós, que convivemos com a Lagoa de Araruama; que vimos há dez anos a Lagoa em penúria onde ninguém mais mergulhava, onde ninguém mais pescava, estamos assistindo hoje os esforços para a sua recuperação e não podemos interromper esses esforços oriundos dessas políticas públicas gerenciadas por esses conselhos, por esse comitê de bacias.

Quando o Governo do Estado delega ao consórcio o gerenciamento da política, está delegando, como também o governo de cada um dos municípios, a responsabilidade administrativa, civil e criminal para cada um daqueles agentes que ali atuam - e eles são responsáveis. É como acontece na administração pública: se existe alguma irregularidade, o gestor público tem que ser punido, responsabilizado, mas o serviço público não pode deixar de ser prestado; a política pública não pode ser interrompida, sob pena de comprometer tudo aquilo que foi construído até aqui.

O nosso apelo ao Ministério Público, hoje, na sua 24ª Câmara Criminal; o nosso apelo à Procuradoria do INEA, com o respaldo de sua presidência, é

que o processo administrativo que apura irregularidades continue, avance, mas que os investimentos não sejam interrompidos.

Deputada Janira Rocha! Voltaram a despejar esgoto na lagoa; interromper as estações de tratamento; interromper o processo de monitoramento; interromper a pesquisa, a estatística pesqueira é condenar uma política pública por um possível erro, se houve ou não, de um gestor. Que se troque o gestor, que se faça a intervenção, mas que continuem fazendo os investimentos necessários à recuperação, à ampliação do tratamento de esgoto, à preservação dos mananciais, no caso específico, o manancial de Juturnaíba. Que os avanços sejam preservados. Ademais, a auditoria feita não comprova a existência de dolo: aponta apenas para a impropriedade. E nós não podemos ficar reféns de picuinhas e de divergências internas, dentro do órgão; por essas picuinhas e divergências se penalizar toda uma sociedade, se penalizar o meio ambiente.

Então, Sr. Presidente, nossa fala é nesta direção hoje.

Saímos ontem da reunião satisfeitos com a postura e com o encaminhamento dado pela presidência do Inea. Esperamos que a Procuradoria do Inea encontre um bom caminho para a manutenção da política pública e que o Ministério Público se aprofunde na apuração. Se houver demonstrado, mais adiante, dolo, responsabilidade, que os responsáveis sejam exemplarmente punidos porque o maior patrimônio que temos é esta política pública construída da qual queremos ser solidários e defensores, sempre.

É este o nosso pronunciamento na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/cab049716da9615583257cf300675ce3?OpenDocument&Highlight=0,pesca>